



CO-OPERATION THAT COUNTS



O PAPEL DOS PARLAMENTARES NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS ACORDOS AMBIENTAIS MULTILATERAIS (AAM) EM ÁFRICA

UM GUIA DE CONSULTA PARA OS PARLAMENTARES EM ÁFRICA EM MATÉRIA DE AAM

Julho de 2012

Prefácio



SE. Sra. Tumusiime Rhoda Peace

Desde a Cimeira da Terra em 1992 no Rio e da adopção da Agenda 21, a comunidade mundial tem estado mais ciente da sua responsabilidade em prol de um ambiente saudável e gestão dos recursos naturais em geral, e desenvolvimento sustentável em particular. Mais recentemente, em 2012, o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio20, no seu parágrafo 89, encorajou às signatárias dos acordos ambientais multilaterais (AMM) a estudarem novas medidas para promover a coerência das políticas, melhorar a eficiência e aumentar a cooperação e a coordenação entre os AMM.

África, à semelhança de outras regiões, está empenhada nos esforços para honrar os seus compromissos ao abrigo do AMM com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável. A falta de capacidade e consciência suficiente em problemas ambientais tem sido identificada como um dos desafios principais para assegurar que os países africanos cumpram com as suas obrigações. Assim, em 2009, a Comissão da União Africana (CUA) com o apoio da União Europeia, criou o Projecto de Reforço da Capacidade ACP-CE em matéria dos Acordos Ambientais Multilaterais (Projecto AMM) cujo principal objectivo é reforçar a capacidade dos africanos de implementar adequadamente os AMM.

Os AMM são instrumentos jurídicos que foram instituídos pela comunidade internacional para tratar de questões ambientais. Muitos países africanos ratificaram a maioria dos AMM, nomeadamente a CCNUAC, a UNCCD, CDB, a Convenção de Roterdão, a Convenção de Estocolmo, a Convenção de Basileia, para citar apenas alguns. Além destes AAM globais, a África também adoptou seus próprios AMM para melhor dar resposta às suas necessidades específicas: As Convenções de Abidjan, Bamaco, Maputo e Nairobi. Apesar do fato de estas convenções regionais africanas terem sido criadas para oferecer ao continente a oportunidade de abordar as necessidades regionais e nacionais específicas relacionadas com as questões ambientais, apenas alguns países ratificaram todas. Portanto, quero reiterar o apelo da União Africana para os Estados-membros que ainda não o fizeram, a ratificar e implementar os AMM africanos. É minha sincera convicção que, se forem adequadamente implementados, os AAM irão contribuir

grandemente para reduzir os desafios ambientais em África.

A fim de implementar os AMM, é preciso que os países africanos integrem estas medidas a nível nacional. Os relatórios mostraram que a maioria dos países africanos que ratificou os AMM não os implementou efectivamente, sendo as principais causas a para isso, a prioridade menos-do-que-desejada concedida às questões ambientais por parte dos governos; orçamento insuficiente atribuído ao sector ambiental; baixo nível de consciência e capacidade limitada dos principais actores, incluindo os legisladores. É contra esse pano de fundo que a CUA, através de seu Projecto AMM com a assistência técnica do PNUMA, em colaboração com o Governo do Uganda, realizou um colóquio em Junho de 2012, em Entebbe, (Uganda) para sensibilizar os parlamentares sobre a importância para África da integração dos AAM nas políticas e planos de desenvolvimento e sobre o seu papel na elaboração dos AMM.

Como legisladores, os parlamentares são fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável, governação ambiental e para promover o direito e a política ambiental. Os parlamentares são também responsáveis pela supervisão das políticas e, como tal, desempenham um papel importante na aplicação e no controlo do cumprimento da legislação e da política ambiental, com vista ao alcance do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza. Portanto, espera-se que os parlamentares influenciem o executivo a integrar os AMM nas políticas e planos de desenvolvimento. A sua participação nas negociações dos AMM, embora dentro dos respectivos mandatos, é muito importante uma vez que eles representam e mobilizam as pessoas que se beneficiam desses AAM. Os parlamentares são também responsáveis pelas despesas e pela revisão do orçamento e, a este respeito, podem influenciar a dotação orçamental para facilitar a implementação e aplicação efectiva dos AAM. Enquanto representantes do seu eleitorado, os parlamentares estão mais próximos do povo do que o Executivo e, portanto, podem realizar campanhas de sensibilização sobre questões importantes, incluindo os AMM, junto de grupos-alvo como as mulheres e a juventude. Podem também promover a elaboração, adopção e implementação de políticas que tenham em conta o género e a juventude, sendo as mulheres e a juventude os actores mais importantes na gestão ambiental.

As opiniões dos parlamentares e o seu compromisso com a implementação dos AMM, inspiraram a publicação do presente livro de consulta. Por isso, espero que os parlamentares de toda a África considerem útil esta publicação nos seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável nas respectivas comunidades, países e em todo o continente africano.

SE Sra. Tumusiime Rhoda Peace
Comissária para Economia Rural e Agricultura
Comissão da União Africana

Agradecimentos

O Projecto CE-ACP sobre Acordos Multilaterais Ambientais (Projecto AMM) da Comissão da União Africana, agradece às várias individualidades e organizações que tornaram possível a publicação deste manual de consulta. Os dois consultores o Sr. Gracian Banda do Centro de Política e Advocacia Ambiental do Malawi e o Dr. Christopher Tamasang da Universidade de Yaoundé nos Camarões, trabalharam incansavelmente com a equipa técnica do PNUMA e da CUA para produzir este manual de consulta. Gostaríamos também de agradecer à União Europeia, a agência de financiamento do projecto AMM, para tornar possível a realização de 4 a 6 de Junho de 2012 em Entebbe (Uganda), do colóquio parlamentar africano sobre os acordos ambientais multilaterais. É esse Colóquio que inspirou e forneceu o material para esta publicação. É feita uma referência especial ao PNUMA, em particular o PNUMA-ROA, que não só trabalhou em estreita colaboração com os coordenadores do projecto AMM para fornecer orientação e supervisão aos consultores durante toda a elaboração deste manual de consulta, mas também participou proactivamente na preparação e organização do colóquio, produzindo alguns dos documentos técnicos e fazendo apresentações úteis. Por último, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos digníssimos deputados oriundos de diferentes países de África, que participaram e contribuíram activamente para o colóquio. A sua contribuição inestimável para o colóquio, serviu para moldar este livro de consulta. O nosso apreço é também extensivo ao Instituto para Conservação da Biodiversidade, NEPAD, PNUMA ARENDAL, Pius Utomi Ekpei/AFP/Getty Images, por termos utilizados as suas fotografias.

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACP	Africa Caraíbas e Pacífico
UPA	União Parlamentar Africana
CUA	Comissão da União Africana
UA	União Africana
CBB	Convenção sobre a Biodiversidade Biológica
CAO	Comunidade da África Oriental
CEEAC	Comunidade dos Estados da África Central
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ICB	Instituto para Conservação da Biodiversidade
UIP	União Inter Parlamentar
ITPGRFA	Tratado Internacional sobre os Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
AAM	Acordos Ambientais Multilaterais
MP	Deputados
PAN	Plano de Acção Nacional
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ONG	Organização Não Governamental
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
PAP	Parlamento Pan-Africano
DERP	Documento da Estratégia de Redução da Pobreza
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNCCD	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas
UNITAR	Instituto das Nações Unidas para Formação e Investigação

ÍNDICE

2. Desafios e Oportunidades Ambientais em África	7
3. O que é a Integração da Sustentabilidade Ambiental?	10
4. O que são Acordos Ambientais Multilaterais (AAM)?	11
4.1. O motivo de termos os AAM?	12
4.2. Exemplos de AAM Globais e Regionais Importantes	13
4.3. O Papel dos AAM no Desenvolvimento Sustentável	14
6. AAM, Meio Ambiente e Redução da Pobreza	14
7. Integrando a Sustentabilidade Ambiental na Agricultura	15
8. Importância do Conhecimento Indígena e Tradicional nos AAM	16
9. Importância do Estabelecimento de Redes	17
10. Papel dos Parlamentares no Desenvolvimento Sustentável	17
10.1. Papel dos Deputados na Formulação dos AAM: Negociação e Implementação	19
10.2. O Papel dos Deputados na Integração dos AAM	20
10.3. Papel Deputados no Cumprimento e Execução	21
10.4. Papel dos Deputados na Informação, Sensibilização Pública e Capacitação	22
1.1) Integração e Implementação dos AAM	25
1.2) Integração na Legislação Nacional e Formulação de Políticas	26
1.3) Integrar a sustentabilidade ambiental na agricultura	27
1.4) Papel dos Parlamentares nos AAM: Informação, Sensibilização Pública e Capacitação	28
Anexo 2: Resumo das Recomendações	29
Leitura adicional	33

1. Síntese do Manual

O presente "Manual de Consulta para Parlamentares em África sobre AAM" foi desenvolvido com o apoio da componente africana do Programa de Reforço de Capacidades da ACP, relacionadas com os Acordos Ambientais Multilaterais (Projecto AAM). O Projecto AAM está instalado na Comissão da União Africana (CUA) e tem como objectivo geral desenvolver a capacidade de África para implementar adequadamente os AAM, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza no continente.

O desenvolvimento de capacidades em África é necessário em várias áreas, incluindo na área da integração dos AAM nos planos e processos de desenvolvimento pelos decisores políticos. É necessária capacidade para facilitar o desenvolvimento e a criação de abordagens, mecanismos e processos adequados de apoio à tomada de decisão, incluindo os parlamentares para permitir a integração dos AAM nas políticas e estratégias nacionais e regionais.

Os parlamentos, na qualidade de órgãos legislativos dos Estados, são parceiros cruciais para o desenvolvimento sustentável, gestão ambiental e promoção das leis e políticas ambientais. As principais funções dos parlamentos são elaborar, rever, debater, aprovar e ratificar leis e acordos, incluindo os relacionados com o meio ambiente. São também responsáveis pela fiscalização política e, por conseguinte, devem acompanhar os esforços do governo para proteger o meio ambiente, a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Assim, as capacidades técnicas dos parlamentares, no que se diz respeito à gestão do meio ambiente, devem ser reforçadas e apoiadas, para que eles cumpram com o seu papel na sociedade e complementem também os papéis de outras instituições do estado.

A Comissão de União Africana, na qualidade de Secretariado da União, é responsável, entre outras coisas, pela promoção da sustentabilidade ambiental no continente. O seu principal papel neste âmbito é o de coordenar e facilitar a implementação dos programas e estratégias relacionadas com o ambiente, aumentar a capacidade dos africanos na gestão ambiental e uma maior consciencialização ambiental. Entre os órgãos da União Africana (UA), está o Parlamento Pan-Africano (PAP), que faz parte da governação parlamentar de África e tem a sua sede na África do Sul. Além das assembleias nacionais em cada Estado Membro no continente, existem vários órgãos parlamentares a nível sub-regional, como a Assembleia Legislativa da África Oriental, o Fórum Parlamentar da SADC, o Parlamento da CEDEAO, União Interparlamentar da IGAD e a Rede dos Deputados da África Central. Existem outras organizações parlamentares que apoiam as assembleias acima mencionadas, tais como o Centro Parlamentar baseado em Acra.

O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é o Secretariado para muitos AAM e desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos AAM, apoiando as negociações e implementação dos AAM. Além disso, o PNUMA apoia também os países a desenvolverem mecanismos jurídicos e institucionais para a ratificação e integração eficaz dos AAM nos regimes jurídicos nacionais. O PNUMA apoia também a União Africana e seus os Estados Membros no desenvolvimento de capacidade humana e institucional e implementação dos AAM.

É com base no acima exposto que a CUA em colaboração com o Governo do Uganda e com o apoio do PNUMA, realizou o Colóquio Parlamentar Africano sobre os Acordos Ambientais Multilaterais em Entebbe (Uganda), de 4 a 6 de Junho de 2012, para sensibilizar os parlamentares em África acerca da importância dos AAM e reforçar também a sua capacidade para integrar os AAM nas políticas e planos de desenvolvimento. O Colóquio decorreu sob a forma de apresentações de peritos e painéis de debate altamente interactivos entre os deputados. Os participantes tiveram a oportunidade de partilhar as

suas experiências em matéria de negociação e implementação de acordos ambientais multilaterais no contexto do desenvolvimento nacional e regional.



Participantes ao Colóquio Parlamentar da CUA em Entebbe, 4 a 6 de Junho de 2012.

Os parlamentares que participaram do colóquio aprovaram a declaração de Entebbe sobre "O Papel dos Parlamentares na Elaboração e Implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais". Entre outros aspectos, a Declaração de Entebbe apelou aos parlamentares em toda a África a abordarem as questões da integração ambiental, em geral, e à implementação dos AAM em particular, nas políticas, planos e programas de desenvolvimento. A declaração em conjunto com o resumo das principais questões levantadas durante o colóquio e algumas recomendações importantes das deliberações, figuram do anexo deste manual.

Este manual de consulta para os parlamentares em África em matéria de AAM, é resultado das conclusões do colóquio e destina-se a fornecer orientação política para ajudar os deputados em toda a África na sua tarefa de integrar os AAM nos planos e processos de desenvolvimento sustentável.

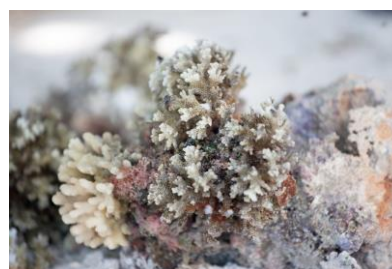
2. Desafios e Oportunidades Ambientais em África

Desafios

A África é um dos continentes que enfrentam sérios desafios ambientais. Na mesma senda, há várias oportunidades que a África pode aproveitar para proteger o meio ambiente e catapultar o continente para o desenvolvimento sustentável.

Desafios

- 1) Perda de biodiversidade decorrente, entre outros aspectos, da limpeza da terra para a agricultura e outras actividades económicas, tais como o branqueamento; **Recifes de coral nas**

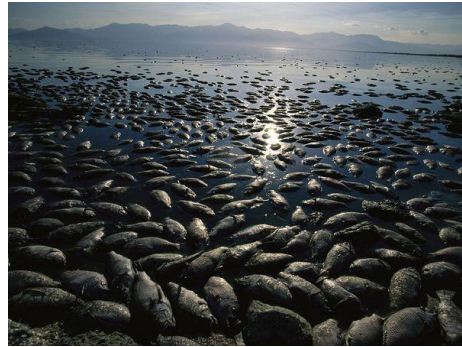


Recifes de coral nas Seychelles

- 2) Poluição decorrente da descarga desregulada de efluentes industriais e despejo de produtos químicos, saneamento e gestão de resíduos deficiente;



Amontoado de resíduos



Tilápia morta em resultado da poluição

- 3) Incêndios florestais, degradação da terra e a seca conduzem a catástrofes ambientais



Seca



Incêndio Florestal

- 4) Vulnerabilidade em relação às alterações climáticas e mecanismos de defesa limitados,



Inundação num país africano

- 5) O aumento da população exerce pressão sobre o meio ambiente e seus recursos



Vendedores de rua em Lagos, na Nigéria

- 6) Escassez de alimentos devido às secas, inundações e pobreza, entre outros; e



Escassez de alimentos e fome;

- 7) Urbanização rápida exerce pressão sobre a infra-estrutura, saneamento e gestão de resíduos;



Oportunidades

África possui igualmente uma série de oportunidades que o continente pode aproveitar. Tais como:

- Recursos naturais abundantes como florestas, minerais, água doce e vida selvagem;



- Vontade política e capacidade técnica para traduzir as

oportunidades em veículos de desenvolvimento sustentável.

Por isso, a África tem potenciais suficientes para lhe permitir superar as ameaças ambientais. A implementação correcta dos AMM fornece um dos quadros para fazer face a esses desafios e aproveitar as oportunidades disponíveis.

3. O que é a Integração da Sustentabilidade Ambiental?

A integração da sustentabilidade ambiental refere-se ao processo de inclusão informada dos aspectos ambientais nas decisões das instituições que dirigem as políticas, regras, planos, investimentos e acções de desenvolvimento sectorial.

Em África, o meio ambiente é a base de todo o desenvolvimento. Assim, a integração da sustentabilidade ambiental é importante porque o desenvolvimento económico e social e o meio ambiente são essencialmente interdependentes.

A maior parte das economias africanas têm dificuldades em combater a pobreza com vista a alcançar o crescimento económico e social.

Além disso, a maioria dos países africanos dependem de recursos naturais para alimentar os seus povos. O meio ambiente constitui o activo mais importante para os países e pessoas pobres. O continente precisa de encontrar formas em que a articulação entre o ambiente e a luta contra a pobreza trabalhe em conjunto.

Há uma série de estratégias para garantir a integração das considerações de sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento, que vão desde o

reforço da capacidade das instituições ambientais de modo a lhes permitir gerir melhor as questões ambientais e facilitar a integração dessa dimensão nos diversos programas de desenvolvimento; a criação de um sistema de salvaguardas ambientais, como avaliação do impacto ambiental ou avaliação ambiental estratégica. Estas estratégias têm as suas próprias limitações. A integração ambiental é uma resposta estratégica para reactivar a salvaguarda ambiental e, na sua essência, deve abordar a alteração do valor individual e institucional.

Os AAM foram responsáveis pelo desenvolvimento dos princípios e conceitos ambientais importantes que estiveram na base do desenvolvimento da política em todo o mundo. Os AAM também forneceram quadros para a tão necessária assistência técnica e financeira, bem como benefícios de transferência de tecnologia, que são incorporadas no seu quadro global para facilitar o cumprimento e a implementação. Fornecem maneiras para os países em desenvolvimento em

Acções para Mobilização de Recursos para a Implementação dos AAM

Para isto para acontecer, os países africanos devem desenvolver os recursos internos, políticas apropriadas e quadros legais. Em especial devem preencher a lacuna entre compromisso e a implementação eficaz dos AAM e integrar o ambiente nos planos e processos de desenvolvimento.

África promoverem o desenvolvimento sustentável a nível nacional, regional e internacional. Por isso, a integração dos

AAM no processo de desenvolvimento promete trazer esses benefícios gerais para o desenvolvimento nacional e local.

A integração ambiental pode também ser enfocada nas ferramentas disponíveis para integrar as considerações ambientais no planeamento, orçamento e financiamento do desenvolvimento. Tal enfoque deve considerar o vínculo ambiente-pobreza e as respostas políticas que podem ser defendidas pelos parlamentares. Neste sentido, dá-se ênfase ao papel dos parlamentos no financiamento dos instrumentos como a Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) ou o seu equivalente na abordagem da redução da pobreza e em que medida os AAM podem contribuir para reforçar as sinergias entre a gestão ambiental e as estratégias de redução da pobreza.

Em vários casos, a implementação de acordos ambientais multilaterais foi levada a cabo com o apoio de doadores com base em projectos. Além disso, as ONGs assumiram muito do trabalho de advocacia e implementação do projecto, tornando mais difícil conseguir o processo de integração dos AAM no processo de desenvolvimento, já que os doadores e ONGs ficam geralmente de fora dos processos políticos.

Integração das Acções Políticas

Existe, por conseguinte, a necessidade de promover o papel que os parlamentares podem desempenhar para reforçar a integração oficial e assegurar que o processo contribua para o desenvolvimento nacional a longo prazo. Esta integração deve incluir os AAM nas ENRPs.

podem assumir diversas formas tais como convenções, tratados, acordos, cartas, pactos, convénios, protocolos, etc.. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) é um desses AAM. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana atribuem grande importância à CQNUAC e estão até envolvidos no seu processo de negociação, tendo criado uma posição comum africana e uma Conferência dos Chefes de Estado Africanos para as Alterações Climáticas (CAHOSCC). Os AAM são instrumentos jurídicos de carácter não vinculativo em forma de declarações, recomendações, directivas, disposições, resoluções, instruções, princípios, etc. As declarações da AMCEN e a Declaração de Libreville sobre a Saúde e Meio Ambiente em África constituem bons exemplos de um Acordo Ambiental Multilateral não vinculativo ou facultativo.

4. O que são Acordos Ambientais Multilaterais (AAM)?

Os AAM é um termo genérico utilizado para tratados, convenções, protocolos e outros instrumentos relacionados com o ambiente que se aplicam a mais de dois estados. São resultado de uma acção internacional por parte dos Estados, com a finalidade de desenvolver padrões através de instrumentos jurídicos vinculativos ou facultativos. Os AAM vinculativos referem-se aos instrumentos legais vinculativos que



O Painel Africano de Alto Nível na COP 17 da CQNUAC em Durban. O painel integrou os presidentes da Etiópia e do Congo, o Presidente da CUA e o Secretário Executivo da UNECA

Independentemente de serem instrumentos jurídicos vinculativos ou não, os fóruns habituais para a elaboração das referidas normas ambientais são os fóruns intergovernamentais como conferências. A maioria dos AAM são resultado de descobertas científicas, avaliação de opções políticas, priorização de questões,

4.1. O motivo de termos os AAM?

Os AAM são feitos para possibilitar ou promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional, tal como na gestão de recursos, conservação, uso, protecção, controlo da poluição, controlo de qualidade, gestão de riscos, protecção da saúde humana e dos valores culturais e éticos; controlo sobre a exploração excessiva; perigos e implicações dos problemas ambientais; estabelecimento de compromissos políticos gerais ou específicos, definição de princípios ambientais, estabelecimento de normas, procedimentos, planos institucionais, criação de estruturas de financiamento, normas e padrões e equilibrar as preocupações económicas, sociais e ambientais.

As mudanças ambientais têm várias implicações para as economias africanas em geral e para o desenvolvimento, em particular. Algumas delas comportam desafios para o alcance das aspirações de África em termos de desenvolvimento, alcance dos ODM e o seu impacto generalizado sobre o crescimento económico, a paz, a estabilidade social e a erradicação da pobreza. Isto exige mecanismos sólidos para que a meta do desenvolvimento sustentável seja alcançada.

Os AAM são criados para alcançar certos objectivos, tais como:

- As três Convenções do Rio (CBD, CQNUAC, e UNCCD) são amplamente consideradas como AAM nucleares para o desenvolvimento sustentável;
- Muitas outras tratam da utilização sustentável de recursos naturais específicos como água, recursos costeiros etc.
- Os AAM oferecem às partes uma série de vantagens que são importantes para o desenvolvimento nacional, que comportam o reforço da capacidade das partes para

Importância dos AAM

- Proteger a saúde pública;
- Melhorar a governação; Cooperação, respeito e solidariedade internacional;
- Assistência técnica e financeira;
- Promove benefícios económicos de longo prazo: desenvolvimento sustentável;
- Facilitam o comércio; e
- Facilitam mudanças nas leis e políticas ambientais nacionais elevando a

Porquê os AAM?

Os AAM oferecem respostas e estratégias políticas que são e podem ser utilizadas pelos países de todo o mundo incluindo os de África, para facilitar a formulação das suas próprias políticas;

cumprir com as suas obrigações por meio de apoio técnico e financeiro; reforço da base científica para a tomada de decisão; e reforço da cooperação internacional.

Os AAM tratam de uma série de questões de sectores específicos como recursos agrícolas, fauna, controlo da poluição e gestão de recursos hídricos.

Desafios que afectam a implementação dos AAM

Existem vários desafios que afectam a sua implementação a nível nacional, regional e global. Em primeiro lugar, existem muitos AAM, os quais concorrem para a atenção das autoridades nacionais de implementação. Muitos estados têm pouca ou nenhuma capacidade de implementar os AAM e a falta de sinergia entre os inúmeros AAM torna ainda mais difícil atribuir os recursos limitados para implementação. Outros desafios são:

- Falta de indicadores ambientais e de desempenho para medir a eficácia dos AAM.
- Implementação e coordenação insuficientes: diferentes pontos focais (PF) nos diferentes ministérios (i.e. agricultura, florestas, ambiente, turismo, comércio, etc.).
- Mandatos ou capacidades técnicas ministeriais diferentes – afectando assim a representação e o acompanhamento nacional em processos intergovernamentais.

4.2. Exemplos de AAM Globais e Regionais Importantes

Quanto às áreas temáticas os AAM podem dividir-se nas seguintes:

- ✓ Convenções relacionadas com a biodiversidade, tais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e protocolos conexos, e o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA);
- ✓ Convenções relacionadas com a atmosfera, tais como a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), a Convenção do Ozónio e protocolos respectivos;
- ✓ As convenções da terra, tal como a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação;
- ✓ As Convenções sobre produtos químicos e resíduos perigosos, tal como as convenções de Basileia e de Estocolmo; e a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP); e
- ✓ As convenções da água, como as convenções dos mares regionais, tal como a Convenção para a Protecção do Mar Mediterrâneo; a Convenção de Nairobi para a Protecção, Gestão, Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região Oriental de África e a Convenção de Abidjan para a Cooperação para a Protecção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro das Regiões Oriental e Central de África.

Há AAM que são específicos para África: a Convenção de Maputo sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais; a Convenção de Bamako sobre a Proibição da Importação para a África e Controlo da Circulação Transfronteiriça e Gestão de Resíduos Perigosos no interior de África; a Convenção de Nairobi para a Protecção, Gestão, Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região Oriental de África; e a Convenção de Abidjan para a Cooperação para a Protecção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro das Regiões Oriental e Central de África.

4.3. O Papel dos AAM no Desenvolvimento Sustentável

Nesta altura, talvez seja importante qualificar o importante conceito de desenvolvimento sustentável. O relatório da Comissão de Brundtland de e a Agenda 21, definem desenvolvimento sustentável como sendo o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Tal como anteriormente afirmado, os AAM abordam uma série de questões específicas aos sectores, tais como recursos agrícolas, fauna, controlo da poluição e gestão dos recursos hídricos. O objectivo é fazer com que, enquanto base do desenvolvimento, os bens ambientais sejam utilizados racionalmente, por forma a servir tanto as necessidades actuais como as do futuro.

Os AAM fornecem também alguns instrumentos importantes de política, em termos de boas práticas acordadas e testadas que podem ser replicadas a nível nacional, no interesse de alcançar o desenvolvimento sustentável. Possuem também alguns mecanismos próprios que podem ser usados pelos países em desenvolvimento em África para potenciar a sua capacidade de implementar os AAM, em geral, e intensificar os esforços de desenvolvimento sustentável, em particular. Tais mecanismos comportam disposições para a transferência de tecnologia, quadros de assistência técnica e financiamento internacional que podem ser aproveitados pelos Estados Membros. Podem ser tomadas várias medidas a nível nacional e internacional para melhorar a implementação dos AAM. A nível internacional tais medidas são:

Medidas a adoptar a nível nacional para melhorar a implementação dos AAM

- *Dirimir os conflitos interinstitucionais - reduzir a fragmentação e as sobreposições institucionais, promover sinergias entre os AAM relacionados;*
- *Promover sinergias entre os AAM relacionados; □ Reforçar a cooperação entre os sectores (terra, água, pesca, silvicultura);*
- *Formar comités nacionais para identificar sinergias e inter-relações e maneiras de implementar os AAM simultaneamente;*
- *Reforçar a capacidade de mobilizar mais competências dentro do país;*
- *Promover a utilização eficiente dos orçamentos/recursos nacionais;*
- *Integrar os AAM nas estratégias nacionais de redução da pobreza e noutros planos de desenvolvimento;*

- Melhorar a cooperação a nível global e regional;
- Estabelecer acordos regionais para complementar os AAM e promover a sua aplicação a nível regional - cooperação;
- Coordenar as iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologia a nível regional;
- Promover a coerência nos compromissos internacionais; e
- Evitar sobreposições aquando da negociação dos AAM.

6. AAM, Meio Ambiente e Redução da Pobreza

A ligação pobreza-ambiente não pode ser ignorada, uma vez que esta está na base do que tem sido referido como um ciclo vicioso. Há provas suficientes hoje em dia de que a

degradação do meio ambiente pode ser causada pela pobreza e que um ambiente degradado agrava a pobreza.

- As estatísticas apontam para o facto de que o continente africano é rico em termos de recursos naturais, mas paradoxalmente, é o continente mais pobre do mundo. A sobrevivência das pessoas é primordial. Por isso, a pobreza leva-as à exploração irracional dos recursos naturais, levando não só ao esgotamento desses recursos, mas também à degradação do meio ambiente.
- O esgotamento de recursos e a degradação ambiental são causados pela utilização insustentável e pela má gestão. O meio ambiente é a base para o desenvolvimento e se o desenvolvimento tiver que ser sustentável, então é importante assegurar a exploração racional dos recursos e do ambiente.
- Para isso, a sensibilização e a consciencialização de todos os intervenientes, inclusive parlamentares, acerca dos princípios, métodos e técnicas de exploração dos recursos naturais e protecção ambiental para a sustentabilidade, são pontos importantes de início.
- Os AAM oferecem o tão necessário enquadramento para conciliar a redução da pobreza e a protecção do meio ambiente. Muitos AAM abordam problemas de pobreza e do meio ambiente de uma maneira ou de outra.
- A implementação eficaz dos AAM pode levar à exploração racional dos recursos e a uma menor degradação ambiental, redução da pobreza e ao reforço do desenvolvimento sustentável no continente. Os parlamentares africanos são chamados a intervir, envolvendo-se na sensibilização e educação do eleitorado acerca das tendências e da condição do meio ambiente e dos recursos naturais dos quais depende a sua sobrevivência.

7. Integrando a Sustentabilidade Ambiental na Agricultura

A agricultura é o sustentáculo da maioria das economias africanas e continuará a sê-lo num futuro próximo. No entanto, as actividades agrícolas podem ter efeitos nefastos sobre o meio ambiente, tornando ainda mais difícil a tarefa de alcançar o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a agricultura também é afectada pelos desastres ambientais.

Portanto, existe necessidade de integrar a sustentabilidade ambiental na agricultura e garantir que ela supra as necessidades actuais sem subverter o desenvolvimento de longo prazo.



As questões importantes que se seguem devem ser tidas em conta:

- ❑ Considerando que a população de África vai aumentar até 2025, haverá uma maior procura de alimentos e o sector agrícola deverá atender a esse aumento. A implicação é que o meio ambiente enquanto base da agricultura será utilizado em excesso se as necessidades de segurança alimentar tiverem que ser satisfeitas. Infelizmente, isto terá implicações profundas não só na economia, mas também no meio ambiente, uma vez que os actuais sistemas agrícolas são realizados com poucas considerações ambientais.

- ❑ O aumento do uso de pesticidas e fertilizantes para satisfazer a procura crescente de alimentos afecta negativamente o ambiente.
- ❑ Estão a ser promovidas uma série de iniciativas em alguns países, tais como a promoção da produção do arroz em terras altas para reduzir a pressão sobre as zonas húmidas; zonas tampão para proteger o fluxo de pesticidas e fertilizantes, etc.
- ❑ As alterações climáticas estão a causar mudanças rápidas nas zonas ecológicas, conduzindo à diminuição da terra para agricultura e exercendo pressão sobre aqueles que arcam com o maior fardo nas actividades agrícolas – as mulheres.

8. Importância do Conhecimento Indígena e Tradicional nos AAM

Os deputados representam os interesses dos seus eleitores. Estes eleitores comportam no seu seio as comunidades rurais que dependem dos recursos naturais e do conhecimento indígena ou tradicional associado para a utilização desses recursos. As comunidades locais utilizam os conhecimentos tradicionais para a agricultura, medicina e outros aspectos da conservação, para fazerem face aos desafios que enfrentam em termos de subsistência e utilizar as oportunidades que a natureza lhes proporciona. Importa ter em atenção os seguintes aspectos:

❖ Os parlamentares devem incentivar nos seus eleitorados e utilizando o orçamento de pequenos projectos do seu eleitorado pequenos projectos de conservação ambiental utilizando uma combinação de conhecimento local e moderno.

- ❖ Importa ter em atenção os seguintes aspectos: Desde tempos imemoriais, os sistemas indígenas e tradicionais de conhecimento, têm contribuído para a conservação ambiental em toda África;
- ❖ Os AAM a nível global e regional reconheceram a importância do conhecimento local e da participação dos detentores de tais sistemas de conhecimento no domínio da protecção do ambiente;
- ❖ A África é dotada de um manancial de instituições indígenas e tradicionais de conhecimento, que se for correctamente explorado, pode proteger o meio ambiente para as gerações actuais e futuras, assegurando assim o desenvolvimento sustentável;
- ❖ O conceito de desenvolvimento sustentável amplamente utilizado na literatura ambiental contemporânea, é uma revivificação do conceito tradicional triplo da sabedoria do povo africano: a terra e os recursos naturais foram passados de uma geração para a próxima com os conhecimentos necessários para a sustentabilidade.
- ❖ Infelizmente, os decisores do continente não têm utilizado efectivamente essa fonte de conhecimento. Em vez disso, têm-se centrado na ciência convencional que não pode ser facilmente assimilada no estilo de vida tradicional;

Por conseguinte, é preciso que os deputados ajudem o seu eleitorado a proteger e aproveitar o conhecimento tradicional para alcançar o desenvolvimento sustentável

- ❖ É preciso que os decisores políticos lancem um estudo aturado dos sistemas de conhecimento local para encontrar aqueles que são progressivos ou sustentáveis para que os parlamentares possam tecê-los com os métodos modernos de elaboração legislativa, a fim de prestar maior serviço ao ambiente e aos seus recursos;

9. Importância do Estabelecimento de Redes

- Os países africanos passaram por diversas mudanças políticas no campo do desenvolvimento e do ambiente que, que têm impacto considerável na configuração do rumo que devem seguir para alcançar o desenvolvimento sustentável. Há uma série de instituições, fóruns e iniciativas que proporcionam oportunidades aos parlamentares para reforçarem a sua capacidade e permitir-lhes assim a integração ambiental nos programas e políticas de desenvolvimento. É importante ter em atenção o seguinte:
- Em todo o continente, existem redes parlamentares sub-regionais, como o Centro Parlamentar baseado no Quênia;
- e trabalham em questões ambientais e dos recursos naturais para as suas respectivas sub-regiões;;
- Essas redes parlamentares podem ser usadas para partilhar experiências em várias opções de política e estratégias adoptadas a nível sub-regional para abordar os desafios ambientais tal como prescrito pelos AAM;
- Existe necessidade de criar sinergias entre as redes parlamentares sub-regionais através da colaboração e cooperação;

Existe igualmente necessidade das comissões parlamentares a nível nacional criarem sinergias com outros grupos e organizações da sociedade civil, ONG, organizações comunitárias e com o executivo, já que isto pode ser útil na partilha de informação, que por sua vez poderia ser útil na implementação dos AAM e o no controlo da acção do governo através do exercício das funções de fiscalização.

10. Papel dos Parlamentares no Desenvolvimento Sustentável

Tal como acima definido, o desenvolvimento sustentável é um conceito multidimensional que comporta princípios, processos, direitos e obrigações que estão incorporados nos pilares social, económico e ambiental. A dimensão ambiental é a pedra angular do conceito de desenvolvimento sustentável. A razão é que o desenvolvimento social e económico é claramente baseado no meio ambiente. Infere-se, assim, que a sua realização requer os esforços de muitos actores e deputados, que são um dos actores cruciais por causa dos papéis constitucionais que desempenham na representação dos cidadãos, feitura de leis e

fiscalização política. Os deputados são responsáveis pela elaboração, discussão e aprovação da legislação, bem como da fiscalização e acompanhamento da execução das políticas e da legislação nacional. Eles votam a atribuição de recursos para os programas de desenvolvimento e, nesse sentido, possuem a chave para mudar determinadas práticas e padrões em matéria de despesa que podem facilitar a consecução do desenvolvimento sustentável.

Em alguns países, a legislação ambiental pode facilitar o desenvolvimento limpo, impondo penalidades às práticas de desenvolvimento não sustentáveis como a poluição industrial; a legislação ambiental pode também ser usada para promover a tecnologia limpa concedendo estímulos fiscais aos que investem em tais tecnologias.

Enquanto representantes do povo, os deputados podem, através da fiscalização política e da formulação legislativa:

- *Melhorar a governação e integrar questões atinentes à redução da pobreza e gestão ambiental nas políticas, nos planos e orçamentos, nos processos de descentralização, no fortalecimento da sociedade civil, na monitorização, nas elaboração de leis a favor dos pobres, etc.;*
- *Aumentar o património dos pobres mediante concessão de recursos e direitos de acesso, capacidade, acesso à tecnologia apropriada;*
- *Melhorar a qualidade do crescimento da economia, promovendo reformas fiscais a favor dos pobres;*
- *Reformar as políticas internacionais e industriais do país, através da promoção de investimentos a favor dos pobres e do ambiente, consumo e produção sustentáveis, aumentar a contribuição dos AAM na redução da pobreza, políticas comerciais, etc.;*
- *Integrar as dimensões não-associadas ao rendimento e à distribuição do bem-estar nas políticas agrícolas (subsistência, património, competências);*
- *Considerar mecanismos de compensação (benefícios sociais para compensar os impactos negativos); e*
- *Compreender o risco dos eventos extremos e investir na redução ou atenuação da vulnerabilidade.*

do

Além

exposto, há uma série de domínios essenciais em que o trabalho dos deputados pode promover o desenvolvimento sustentável, os quais são discutidos mais adiante.

10.1. Papel dos Deputados na Formulação dos AAM: Negociação e Implementação

A negociação dos AAM é sempre função constitucional do poder executivo do estado em todo o continente. No entanto, existem muitas variações no continente acerca do papel dos parlamentos. Em alguns países, os parlamentos enquanto órgãos de elaboração de leis, são chamados a ratificar ou aprovar os AAM após terem sido negociados ou assinados pelo executivo. Noutros países, os deputados são chamados a integrar os AAM na legislação nacional após a ratificação ter sido feita. Por tal motivo, os deputados precisam de conhecer os AAM quando estiverem a ser elaborados e, sempre que possível, contribuir para os debates dos intervenientes a vários níveis durante o processo de negociação. A forma como isto pode ser feito varia de estado para estado, mas um processo de consultas nacionais durante as negociações dos AAM, pode fornecer o espaço necessário para permitir que os vários intervenientes, incluindo os deputados, contribuam para as posições nacionais a serem utilizadas nas negociações.

Além disso, a maioria dos parlamentos tem comissões responsáveis pelas questões ambientais ou dos recursos naturais, por intermédio das quais podem ser feitas as contribuições parlamentares aos AAM. Assim, as comissões podem convocar os

departamentos governamentais responsáveis pela negociação dos AAM para briefings e os ministros responsáveis podem ser solicitados a responder a perguntas e a emitir declarações na câmara parlamentar acerca das negociações que os seus ministérios estão a levar a cabo. Sempre que possível, os deputados podem ser convidados a fazer parte das delegações do governo às negociações dos AAM e podem contribuir para as posições nacionais nas negociações internacionais.

O envolvimento dos deputados nas negociações dos AAM tem várias vantagens. Na qualidade de representantes do povo, os deputados transportam mensagens e experiências directas das bases que podem contribuir para a formulação e implementação dos AAM.

Os deputados podem também contribuir melhor para a integração dos AAM na legislação nacional e implementação se tiverem acompanhado o debate que culminou com a sua aprovação e assinatura. Além disso, os deputados podem integrar melhor os AAM nas políticas de desenvolvimento, incluindo a votação para a atribuição de recursos necessários para a implementação, quando tiverem a informação e a percepção completa acerca dos antecedentes dos AAM. O seu envolvimento sério nas negociações dos AAM nos moldes acima descritos, irá sem dúvida e eventualmente reforçar os esforços para o desenvolvimento sustentável.

10.2. O Papel dos Deputados na Integração dos AAM

A necessidade da integração das considerações de ordem ambiental nas políticas de desenvolvimento, tem sido motivada pela percepção de que a economia e a sociedade como um todo, especialmente em África, são intimamente dependentes da saúde do meio ambiente e que uma grande proporção da riqueza dos países em desenvolvimento e das pessoas pobres é composta por bens e serviços ambientais;

Os deputados têm um papel crucial a desempenhar na facilitação da integração dos AAM no processo de desenvolvimento, através das suas capacidades de representação e funções de fiscalização e de elaboração de leis. Em todo o continente, os parlamentares usaram instrumentos e mecanismos diferentes para envolver o executivo no processo de desenvolvimento. No entanto, a implementação dos AAM e a sua integração continuam a ser um desafio, especialmente por causa da dominação do executivo na negociação, integração na legislação nacional e implementação dos AAM.

Além da fiscalização e acompanhamento da política do executivo, os parlamentos são responsáveis por aprovar a atribuição de recursos para os vários planos de desenvolvimento do sector e, por conseguinte, têm a chave para a integração das considerações de ordem ambiental no sector e nos orçamentos nacionais. Foram emitidas uma série de declarações regionais sobre a atribuição de recursos aos sectores essenciais, como saúde e agricultura, com vista a melhorar a produtividade e o acesso aos serviços. Os parlamentos têm um papel crucial em insistir no cumprimento desses compromissos regionais durante os debates sobre o orçamento.

Há uma série de vantagens que a integração ambiental pode trazer. São eles:

- Boa gestão ambiental; a má gestão ambiental ameaça o desenvolvimento e complica os esforços de redução da pobreza;

- A integração promete não só minimizar os riscos e os problemas no processo de desenvolvimento, mas também ajuda a realçar as potencialidades ambientais para promover o desenvolvimento sustentável;
- A integração tem o potencial de facilitar a incorporação das crenças, normas e valores locais nas políticas nacionais de desenvolvimento, incluindo, a aplicação das disposições sobre os sistemas de conhecimento indígenas, prevista ao abrigo da CDB e protecção dos direitos dos agricultores ao abrigo do TIRFAA, podem ser na íntegra facilmente integrados no processo de desenvolvimento;
- As intervenções políticas integradas evitam desenvolvimento versus argumentos ambientais;
- Apoiam a inovação tecnológica que é inspirada e informada pela natureza;
- Debates Informados sobre formulação de política em questões importantes; e
- Melhoram a produtividade, a resiliência e a capacidade de adaptação dos sistemas sociais e económicos.

A seguir estão alguns dos princípios gerais a ter em conta na integração dos AAM

- Liderança centrada na mobilização da vontade política para melhorar ou impulsionar o processo, envolvendo os líderes;
- Integração, reforçar a inter-relação ambiente - desenvolvimento
- Focalizar nos sectores chaves, especialmente os sectores económicos
- Reforço do diálogo e da apropriação;
- Subsidiariedade – assegurar-se que a tomada de decisão ocorra a nível mais baixo onde se espera a mudança;
- Utilizar processos ascendentes, processos analíticos/de planeamento existentes
- Informação sobre transparência e prestação de contas sobre questões, as decisões tomadas e razões;
- Sustentabilidade ambiental: o processo deve ter em conta os principais processos ambientais, potenciais tensões e limites.

10.3. Papel Deputados no Cumprimento e Execução

Como Apoiar a Execução e o Cumprimento através do Trabalho Parlamentar

- Pedir aos departamentos do governo que informem acerca da implementação dos AAM.
- Realizar inspecções de campo e missões de verificação para determinar o impacto de determinadas políticas destinadas a implementar os AAM.
- Elaborar políticas, legislação e directivas administrativas para facilitar a implementação e execução dos AAM.
- Levar a cabo auditorias de despesa para determinar a utilização de fundos nos AAM.
- Exigir o acesso a informações para permitir rastrear o progresso verificar as alegações

público;

- Política de ambiente - desenvolvimento integrada e vontade política/ liderança associada
- Inclusão das ligações ambiente-desenvolvimento nos planos nacionais e nos sectores: os PANA, PANMA, e ENDS basearam-se consideravelmente nos processos dos AAM;
- A inclusão da relação ambiente-desenvolvimento nos instrumentos orçamentais e fiscais;
- Melhoria da mobilização de recursos internos e externos para investimentos no meio ambiente;
- Mudança comportamental sustentada por parte das pessoas, instituições e sociedade tanto no domínio privado como público, e;
- Integração das considerações de ordem ambiental na gestão de produção, consumo e de resíduos em sectores e localidades.

O cumprimento e a execução dos AAM envolvem uma série de actividades, muitas das quais são da responsabilidade directa do poder executivo do estado. A maioria dos AAM têm requisitos em termos de apresentação de informação a cumprir. Os estados partes também são solicitados a cumprir com as diversas obrigações ao abrigo dos AAM, como a formulação de políticas, medidas administrativas ou a legislação para implementar disposições específicas dos AAM.

Se o desenvolvimento sustentável é o objectivo, então, os deputados têm um papel importante a desempenhar no sentido de assegurar que o executivo cumpra com as suas obrigações ao abrigo dos AAM. Em primeiro lugar, as comissões parlamentares podem convocar os departamentos do governo para apresentarem informações sobre a implementação dos AAM. Os deputados podem também utilizar o tempo de perguntas aos ministros responsáveis para certos AAM para responder a questões relacionadas com a implementação dos AAM. Através das suas funções de fiscalização e de acompanhamento, os deputados podem realizar missões inspecção e de verificação no campo para avaliar o impacto de determinadas políticas destinadas a implementar os AAM. Eles podem propor a criação de estruturas de controlo/instalações adequadas e recrutamento de pessoal, de modo a assegurar um melhor cumprimento.

A formulação de políticas, legislação e directrizes administrativas pode oferecer a oportunidade para os deputados facilitarem a aplicação e execução dos AAM. Enquanto órgãos legislativos, os parlamentos têm o mandato exclusivo de legislar em domínios específicos que promovem a implementação dos AAM no interesse nacional. Além disso, os parlamentos são responsáveis pelas atribuições orçamentais para os vários programas de desenvolvimento, o que lhes dá a oportunidade de insistir que certas políticas e programas sejam financiadas para implementação efectiva. Os deputados realizam também a análise das despesas para determinar como o executivo utilizou os fundos; isto dá mais uma oportunidade para facilitar a implementação efectiva dos AAM para o desenvolvimento sustentável.

Por fim, os deputados precisam de acesso a informações acerca da forma como as políticas e programas do governo estão a operar. Sempre o executivo tem monopólio sobre a informação. Os parlamentares podem exigir o acesso às informações que lhes permitam acompanhar o progresso e verificar as alegações; Além disso, os parlamentares podem decidir criar as suas próprias bases de dados de informação, de modo a reduzir a dependência do executivo que pode ser selectivo quando lhe convier.

10.4. Papel dos Deputados na Informação, Sensibilização Pública e Capacitação

A informação, a sensibilização e a potenciação são ingredientes importantes para o cumprimento e a aplicação das leis ambientais, em geral, e dos AAM, em particular. A disponibilidade de informação ambiental, a divulgação dessas informações para efeitos de sensibilização e a capacitação especialmente de grupos importantes, tais como mulheres e jovens são susceptíveis de contribuir para a sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza. Para que isso aconteça, o parlamento tem de ser pró-activa, mas também reagem, fabricando legislação que garanta esses e outros direitos processuais ambientais previstos pelos AAM. Mais especificamente, as questões que se seguem devem ser tidas em conta:

- Há um conhecimento público limitado sobre os AAM, défice de fluxo de informação nas negociações, na ratificação e a na implementação e que aspectos enfraquecem o processo de alcançar o desenvolvimento sustentável.
- É importante fornecer informação às mulheres e à juventude, investir na investigação; colocar ênfase na educação sobre o meio ambiente; as mulheres e os jovens são actores-chaves e são mais negativamente afectados pelos resultados ambientais; os

parlamentares podem apoiar programas e políticas que capacitem as mulheres e promovam a ratificação de políticas a favor do género/juventude.

- O parlamento deve obter a informação a partir do terreno porque outros intervenientes podem não fornecer pronta e atempadamente essa informação para uso do parlamento.

11. Conclusão

O ambiente é o activo essencial que os países africanos podem aproveitar para transformar as suas economias para resistir a choques e pressões provocadas pelas crises financeira e climática global. No entanto, o continente enfrenta uma série de ameaças ambientais, nomeadamente perda da biodiversidade, poluição, degradação dos recursos de água doce e degradação dos solos, o que tem um impacto directo sobre os meios de subsistência da maioria da população que depende do meio ambiente e os dos recursos naturais.

Além disso, a integração do ambiente facilitará a integração das considerações de ordem ambiental nos planos, programas e políticas de desenvolvimento, para alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Quase todos os países africanos são signatários dos AAM como o CDB, a CQNUAC. Estes acordos proporcionaram liderança científica e política que moldaram os quadros políticos nacionais e regionais. Os acordos também fornecem o apoio técnico e financeiro que as economias africanas podem aproveitar para alcançar o desenvolvimento sustentável. Assim, a integração dos AAM nas políticas, planos e programas de desenvolvimento, fornece uma importante oportunidade para utilizar os recursos globais para resolver preocupações de desenvolvimento a nível local.

Os deputados têm responsabilidades importantes no alcance do desenvolvimento sustentável em toda a África. Como representantes do povo que é dependente do ambiente e dos recursos naturais, os parlamentares podem trazer para a formulação e implementação de políticas a voz dos sem voz. Podem também trazer a prática o conhecimento testado. Enquanto legisladores, os deputados votam para atribuição de fundos para as actividades de desenvolvimento, discutem e adoptam legislação e são responsáveis pela fiscalização da execução da política por parte do executivo. Estas funções oferecem aos parlamentares a oportunidade única de incutir as considerações de ordem ambiental nas políticas, planos e programas de desenvolvimento.

No entanto, as negociações e a adopção dos AAM é uma função essencial do Executivo; Os deputados intervêm sempre depois de os AAM tiverem sido assinados e o estado já estiver comprometido internacionalmente. Nos últimos tempos tem havido iniciativas para envolver os parlamentares na negociação dos AAM, mas isto é essencialmente informal quando são incluídos para fazer parte da delegação do Governo. Apesar disso, estas iniciativas podem ser usadas pelos parlamentares para contribuir para a elaboração e implementação dos AAM. Além disso, os parlamentares têm outros mecanismos que podem explorar, nomeadamente o uso do tempo de perguntas, deliberações das comissões, bem como as suas funções gerais de fiscalização política para buscar informações, verificar o progresso dos processos de ratificação e outros procedimentos de implementação, e, em geral, acompanhar o impacto geral dos AAM no ambiente e o desenvolvimento.

Para os deputados executarem eficazmente as suas funções precisam de aceder à informação. É preciso que eles criem as suas próprias fontes de informação para complementar a informação que obtêm de outros intervenientes como o executivo ou ONGs. Precisam também de melhorar o trabalho em rede. A este respeito, estão disponíveis uma série de programas, iniciativas e instituições que podem melhorar a capacidade dos parlamentares para melhor desempenharem as suas funções de integrar o ambiente, em geral, e os AAM, em particular, no processo de desenvolvimento.



Anexo 1: Resumo dos Debates no Colóquio Parlamentar

1.1) Integração e Implementação dos AAM

- ❑ O desenvolvimento em África está assente nos recursos naturais e a maior parte das economias dependem da extracção dos recursos naturais para as suas receitas. No entanto, a indústria extractiva pode provocar conflitos e a degradação ambiental, a menos que seja gerida de forma sustentável.
- ❑ Há vários exemplos em África. Por isso, a pobreza e o meio ambiente estão intimamente ligados. A pobreza prospera onde o ambiente estiver altamente degradado e vice-versa;
- ❑ A sustentabilidade ambiental deve estar no coração do desenvolvimento económico. As questões ambientais e outros objectivos de desenvolvimento devem reforçar-se mutuamente.
- ❑ Foi constatado que os países africanos escolheram vias de desenvolvimento que não facilitam a sustentabilidade. Os programas de desenvolvimento são levados a cabo sem ter em conta os seus efeitos a longo prazo. Por isso, a pobreza e a degradação ambiental são generalizadas.
- ❑ Foi ainda constatado que os Ministérios do Ambiente não estão no centro do planeamento para o desenvolvimento nacional. São relegados para papéis como emissão de licenças e tratamento da eliminação de resíduos/lixo.
- ❑ Os participantes referiram que os parlamentares estão bem posicionados para favorecer a mudança, exercendo pressão sobre o executivo para atribuir recursos aos sectores que afectam o ambiente, tal como a agricultura, infra-estrutura e habitação, entre outros.
- ❑ Foi ainda referido que, em certos casos, em consequência da estreita relação entre responsáveis do governo e os investidores do sector privado, é difícil para o executivo controlar o

cumprimento. Os parlamentos devem utilizar as suas funções de fiscalização e políticas para assegurar o cumprimento da legislação ambiental.

- ❑ Os participantes referiram ainda que a abordagem descendente do executivo na elaboração de leis e do orçamento, não facilita a integração das considerações de ordem ambiental nos planos de desenvolvimento.
- ❑ O executivo elabora orçamentos e legislação, e na maioria dos casos, estas são impingidas à legislatura que não tem a informação de base necessária para dar um contributo significativo antes de aprovar tal legislação, orçamento ou ratificação de um AAM.
- ❑ Em relação à integração, foi referido que não era necessário que todos os fundos orçamentados para o ambiente fossem para o Ministério do Ambiente. O que é importante, é que os ministérios sectoriais e governos provinciais identifiquem problemas ambientais que devem ser orçamentados.

1.2) Integração na Legislação Nacional e Formulação de Políticas

- ❑ Na maioria dos países, o Ministério e/ou Agência do Ambiente, é responsável pela coordenação da política e da legislação ambiental e também pelos AAM.
- ❑ Uma grande preocupação são os conflitos e lacunas existentes nos mandatos, uma vez que vários sectores tratam também da legislação relacionada com o ambiente e com os AAM, mas a agência de coordenação é geralmente débil tanto política, financeira como tecnicamente.
- ❑ Há até pouco consenso sobre o que a coordenação implica. Será possível que os esforços no sentido de associar o ambiente ao desenvolvimento enfraquecem ainda mais os ministérios do ambiente?
- ❑ É necessário que o executivo seja obrigado a comunicar ao parlamento todos os AAM que está a negociar ou assinou ou ratificou para permitir que este último possa exercer eficazmente as suas funções de fiscalização.
- ❑ A intervenção das comissões do ambiente na orçamentação para o sector podem melhorar o financiamento para o ambiente; exemplo da Libéria.
- ❑ Procurou-se saber o porquê, apesar de políticas e AAM favoráveis que padronizaram os métodos e as estratégias para a gestão ambiental, a África, em particular, ainda tem dados sombrios sobre a desflorestação, riscos ambientais, subnutrição, entre outros males relacionados com o ambiente?

- ☐ Foi referido que a África tem uma alta exposição a produtos químicos que provocam cancro e outras doenças;
- ☐ Muito poucos países integraram a Convenção de Basileia na legislação nacional ou tornaram-se signatários do *Africa One*: o Bamaco;
- ☐ Muito poucos países têm a legislação e as políticas necessárias sobre os produtos químicos, ou estão em condições de implementar efectivamente o que têm. Isto representa um grande perigo para a sociedade considerando a falta de capacidade no continente;
- ☐ Foi ainda assinalado que os produtos tradicionais têm sido substituídos por produtos provenientes do estrangeiro, mas a composição destes produtos quase não é conhecida.
- ☐ Existe a necessidade de abordar o cumprimento transfronteiriço. Algumas regiões registaram avanços na adopção dos instrumentos reguladores necessários, mas a implementação continua a ser um desafio;
- ☐ Foi assinalado que é fácil reforçar as leis nacionais, mas o maior problema é a aplicação. Alguns intervenientes do sector privado como a Shell na Nigéria são demasiado grandes para gerir?
- ☐ Qual é a situação do tráfico ilegal de produtos químicos e resíduos perigosos em África? Qual é o papel dos parlamentares?

1.3) Integrar a sustentabilidade ambiental na agricultura

- ☐ Considerando a população mundial de 8,5 mil milhões prevista para 2025, haverá aumento na procura de alimentos e o sector da agricultura será o motor do crescimento. No entanto, actualmente a agricultura é realizada sem as considerações de ordem ambiental;
- ☐ Há um aumento na utilização de pesticidas e fertilizantes para responder ao aumento na procura de alimentos, mas isto afecta negativamente o meio ambiente. O desenvolvimento da agricultura também conduz à desflorestação. A introdução de novas tecnologias, como OGM, pode ter efeitos adversos sobre o ambiente.
- ☐ Isto exige mais investigação e novas tecnologias para alcançar a agricultura sustentável. Pondere-se sobre a redução no financiamento público à investigação ao longo dos anos o que pode ser feito?
- ☐ Estão a ser promovidas uma série de iniciativas em alguns países, tais como a promoção do arroz de terras altas para reduzir a pressão sobre as zonas húmidas, zonas-tampão para proteger o fluxo de pesticidas e fertilizantes;
- ☐ Necessidade de criar sinergia nos diversos ministérios que lidam com a agricultura (diferentes actores). Diálogo com os diferentes actores e, se possível, colocar todas estas questões numa só comissão? Necessidade de envolver todos os actores nomeadamente agricultores, comunidades, políticos etc.
- ☐ As mulheres e a juventude que são vítimas directas da degradação ambiental não estão envolvidas nos AAM.
- ☐ Os parlamentos precisam de assumir um papel de liderança na potenciação das mulheres e da juventude, através da elaboração de leis favoráveis ao género e fiscalização, através do acompanhamento ou controlo dos projectos.

- ☐ As alterações climáticas estão a provocar mudanças rápidas nas zonas ecológicas; conduzindo à diminuição da terra para agricultura e fazendo pressão sobre aqueles que carregam o fardo nas actividades agrícolas – as mulheres.

1.4) Papel dos Parlamentares nos AAM: Informação, Sensibilização Pública e Capacitação

- ☐ Conhecimento público limitado acerca dos AAM, défice de fluxos de informação na negociação, ratificação e implementação.
- ☐ Necessidade de utilizar e verificar a informação do terreno e verificada por todos os actores, nomeadamente ONGs, deputados, agricultores, o executivo etc.
- ☐ É importante fornecer informações às mulheres, investir na investigação; colocar a ênfase na educação ambiental; as mulheres são actores chaves e são mais negativamente afectadas pelos resultados ambientais; Deve-lhes ser dada informação.
- ☐ O parlamento deve obter as suas informações do terreno porque outros intervenientes não fornecer pronta e atempadamente para uso do parlamento.

Anexo 2: Resumo das Recomendações

- ☐ A sustentabilidade ambiental deve estar no centro do desenvolvimento económico. As questões ambientais e outros objectivos de desenvolvimento devem reforçar-se mutuamente. Por esta razão, é preciso que os parlamentares promovam estratégias para a integração das considerações de ordem ambiental nas suas funções legislativas, de fiscalização e acompanhamento das políticas.
- ☐ Os parlamentares estão bem posicionados para favorecer a mudança, exercendo pressão sobre o executivo para atribuir recursos aos sectores que afectam o ambiente, tal como a agricultura, infra-estrutura e habitação, entre outros.
- ☐ Os parlamentos devem utilizar as suas funções de fiscalização e de acompanhamento das políticas para assegurar o cumprimento da legislação ambiental, verificar assim o poder executivo e a influência de poderosos grupos de interesse.
- ☐ Existe a necessidade dos parlamentos promoverem a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias para facilitar a agricultura sustentável e garantir assim que esse desenvolvimento da agricultura não degrade o meio ambiente.
- ☐ É necessário que os parlamentos tenham acesso a informações sobre a política, à legislação que associa o meio ambiente ao desenvolvimento, incluindo instrumentos fiscais para lhes permitir compreender plenamente e contribuir significativamente para a integração das considerações de ordem ambiental.
- ☐ É necessário que o executivo seja obrigado a comunicar ao parlamento todos os AAM que está a negociar ou assinou ou ratificou para permitir que este último possa exercer eficazmente as suas funções de fiscalização.
- ☐ É preciso que os parlamentos assumam um papel de liderança na potenciação das mulheres e da juventude, através da elaboração de leis favoráveis ao género e fiscalização, através do acompanhamento ou controlo dos projectos de desenvolvimento.
- ☐ É necessário que os parlamentos criem as suas próprias bases de dados para permitir que os seus deputados tomem decisões informadas, em vez de dependerem sempre do executivo.
- ☐ Os parlamentos têm de exercer a supervisão para verificar em que medida a política e a legislação protegem as zonas costeiras no continente africano e assegurar que haja projectos para protecção da zona costeira;
- ☐ O parlamento deve garantir que haja políticas favoráveis e programas de desenvolvimento específicos para lidar com a desertificação que representa uma ameaça a vários países africanos.
- ☐ Os parlamentos devem liderar a integração dos sistemas de conhecimento indígenas no processo de desenvolvimento, incluindo a facilitação do acesso e partilha de benefícios da exploração de recursos genéticos.
- ☐ Os parlamentos devem fazer com que as questões ambientais sejam integradas nos currículos escolares.
- ☐ A União Africana, os governos africanos, as CER e outras organizações internacionais, devem realizar programas de capacitação para dotar os

parlamentares de conhecimentos acerca dos AAM, de modo a lhes permitir integrar efectivamente os AAM no processo de desenvolvimento.

- ☐ Deve haver maior envolvimento dos governos locais no processo de integração do ambiente nos planos de desenvolvimento.

Anexo 3: Declaração de Entebbe

Entebbe, 6 de Junho de 2012

Preâmbulo

Nós, os Parlamentares de África, reunidos de 4 a 6 de Junho de 2012 em Entebbe, no Colóquio Africano sobre os Acordos Ambientais Multilaterais (AAM) sob o tema “Acordos Ambientais Multilaterais no Desenvolvimento Nacional e Regional”, que foi aberto pelo Digníssimo Presidente do Parlamento do Uganda;

Considerando o estado de degradação dos recursos ambientais e naturais no continente africano e o seu impacto sobre a pobreza e o desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo que em África, o ambiente é o sustentáculo de todas actividades de desenvolvimento e que este constitui o bem mais importante para o alcance do desenvolvimento social e económico, em geral, e para redução da pobreza, em particular;

Cientes dos desafios enfrentados pelos países africanos e do papel que os parlamentares podem desempenhar em facilitar a aplicação dos AAM, através das suas funções legislativas, de fiscalização de políticas, de monitorização e mobilização;

Considerando o papel essencial que as comunidades locais e indígenas têm na gestão sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais através dos seus sistemas de conhecimento indígena;

Reconhecendo, os diversos esforços, resoluções e recomendações que os parlamentos africanos, governos, instituições e povos, nomeadamente a CUA, CERs, UICN, UPI e UNITAR fizeram no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Declaramos o nosso compromisso de:

1. Facilitar a integração dos AAM na governação, nos planos de desenvolvimento e processos e estratégias nacionais;
2. Proporcionar a assistência necessária na negociação dos AAM;
3. Criar e reforçar a capacidade dos parlamentares tanto a nível nacional e regional, incluindo dos comités/comissões parlamentares sobre o ambiente, a fim de aumentar a participação da legislatura no desenvolvimento sustentável;
4. Aumentar o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça e potenciar os grupos vulneráveis em termos de gestão ambiental para sustentabilidade
5. Melhorar a capacidade dos parlamentos e criar iniciativas tais como programas de intercâmbio e formação para permitir aos parlamentares integrar melhor as considerações de ordem ambiental no processo de desenvolvimento;
6. Assegurar que sejam atribuídos orçamentos suficientes a iniciativas específicas nacionais que tratam da gestão e sustentabilidade do meio ambiente;

7. Promover e reforçar a fiscalização e acompanhamento parlamentar das instituições ambientais;
8. Acelerar a ratificação, integração na legislação nacional e a implementação dos AAM de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável;
9. Integrar o conhecimento local e indígena na formulação de políticas e de leis e no processo de desenvolvimento tal como exigido nos AAM;
10. Criar parcerias com as organizações da sociedade civil para aumentar a consciencialização entre os cidadãos e assegurar que as leis e políticas ambientais dos nossos países e comunidades sejam eficazmente cumpridas e aplicadas;

Além do exposto:

11. Apelamos aos governos a apresentarem regularmente informações aos parlamentos sobre a situação das negociações e implementação dos AAM;
12. Apelar ao envolvimento dos parlamentos regionais da SADC, CEA, CEEAC, CEDEAO, CEMAC e instituições conexas na implementação dos AAM;
13. Apelar aos governos a reforçarem os mecanismos de coordenação dos AAM a nível nacional;
14. Exortar os partidos políticos a adoptarem a sustentabilidade ambiental como elemento central dos seus programas políticos. Exortar os secretariados de instituições internacionais como a UNITAR, NEPAD, PNUMA, UNICN, UPI e UPA e de outras organizações internacionais a apoiarem os esforços dos parlamentares na implementação dos AAM;
15. Solicitar à CUA e ao PNUMA a continuarem a promover mais sessões e fóruns de interacção para congregar os parlamentares em África e a apoiar a criação e reforço das redes de parlamentares para o ambiente em África.

Feito em Entebbe, aos 6 de Junho de 2012

Leitura adicional

1. Barry Dalal-Clayton & Steve Bass (2009) **The Challenges of Environmental Mainstreaming: Experience of Integrating Environment into Development Institutions and Decisions**, Environmental Governance No.3. International Institute of Environment and Development. London.
2. David Hunter, James Salzman & Durwood Zaelke (1998), **International Environmental Law and Policy**, Foundation Press, New York.
3. UNEP (2001) **International Environmental Governance: Multilateral Environmental Agreements (MEAs)**. Meeting of the Intergovernmental Group of Ministers or their Representatives on International Environmental Governance. New York.
4. UNEP (2006), **Manual on Compliance with and Enforcement of Multilateral Environmental Agreements**, Nairobi.
5. UNEP (2007) **Multilateral Environmental Agreements Negotiators Handbook**. University of Joensuu. Finland.
6. UNEP (2009) **Integrating Policy Making for Sustainable Development: A Reference Manual**. UNEP. Geneva
7. World Bank Institute & CIDA, **Handbook on Parliamentarians and Policies to Reduce Poverty**